

INTRODUÇÃO

Vinte e um anos depois do fim da guerra civil, Moçambique vive momentos de tensão político-militar, envolvendo as Forças de Defesa e Segurança (FDS) e os guerrilheiros da Renamo. Num cenário de autêntico retorno à guerra, as acções de violência armada, embora localizadas em algumas zonas do país, nomeadamente em alguns distritos da província de Sofala, têm estado a produzir um impacto significativo do ponto de vista da estabilidade política, social e económica, particularmente nas zonas onde ocorrem os confrontos militares directos.¹

Contrariando os discursos pouco realistas e idealizados da “história de sucesso” no crescimento económico e construção democrática, a tensão político-militar cristaliza, em grande medida, questões de fundo do processo da construção da sociedade moçambicana nos últimos anos, designadamente a definição e o funcionamento das regras do jogo político, a produção e a redistribuição da riqueza, os mecanismos da construção e exercício da cidadania, entre outras. Com efeito, se é verdade que a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, impulsionou significativamente o processo das reformas políticas e económicas, traduzindo-se na construção de novas instituições políticas e no crescimento económico assinalável, também não é menos verdade que o processo da construção democrática foi sendo acompanhado, cada vez mais, por sinais de tensão latente, consubstanciada nos sucessivos conflitos ante e pós eleitorais,² na crescente e aberta partidarização do Estado e a consequente exclusão política e económica, no deficiente funcionamento das instituições, na incoerência de

¹ Até ao momento, o epicentro dos confrontos armados circunscreve-se a alguns distritos da província de Sofala, nomeadamente Chibabava, Gorongosa, Marínguê e Cheringoma. Apesar disso, houve registo de movimentações militares nas províncias de Nampula, Tete, Inhambane e, muito recentemente, Zambézia.

² É importante referir que, desde as primeiras eleições multipartidárias, realizadas em 1994, os processos eleitorais têm sido marcados por conflitos relativamente ao desenho e implementação das regras do jogo eleitoral e, consequentemente, à aceitação dos resultados eleitorais. Neste contexto, decorridos praticamente vinte anos, ainda há uma fraca institucionalização dos processos eleitorais, cristalizada nas constantes alterações da legislação eleitoral.

políticas, particularmente nos sectores sociais, e, enfim, no fraco reflexo das taxas do crescimento económico do país na vida da vasta maioria dos moçambicanos.

Grande parte das questões de fundo acima mencionadas tem sido objecto de pesquisa e de publicação do IESE, particularmente nos sucessivos volumes da série “Desafios para Moçambique” – uma publicação anual que se iniciou em 2010, com o objectivo de contribuir para a reflexão e o debate sobre questões relevantes do processo da construção da sociedade moçambicana nos seus diversos aspectos. É neste contexto que se enquadra o “Desafios para Moçambique 2014”, que é o quinto volume da série. À semelhança dos volumes anteriores, o quinto volume da série “Desafios para Moçambique” é composto por quatro secções, designadamente “Política”, “Economia”, “Sociedade” e “Moçambique no Mundo”.

A secção “Política” tem como pano de fundo os desenvolvimentos relacionados com a tensão político-militar que o país vive. Os quatro artigos procuram não só trazer subsídios para a análise e compreensão de factores explicativos subjacentes à tensão político-militar, como também identificam e discutem alguns desafios importantes no contexto do processo da construção democrática.

O primeiro artigo da secção “Política” é uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique. Partindo da análise do AGP, da trajectória dos principais partidos políticos, nomeadamente a Frelimo, a Renamo e o MDM, da emergência da sociedade civil e da reconfiguração do campo político, o artigo sublinha que o desafio da paz em Moçambique é o desafio da democracia e inclusão. Neste sentido, o artigo mostra que o recurso à violência por parte dos signatários do AGP traduz a sua incapacidade de construir, de uma forma consensual, as regras de base de convivência democrática.

Obviamente, a construção das regras de base de convivência democrática não é um exercício linear e meramente técnico. Trata-se de um processo que, em grande medida, tem a ver com a cultura política. É neste sentido que o segundo artigo discute a relação entre cultura política e cidadania, argumentando que a actual tensão político-militar em Moçambique resulta da relação conflituosa entre, por um lado, uma cultura política autoritária herdada do passado colonial, e que se perpetuou no pós-independência, e, por outro lado, o respeito pela cidadania, particularmente no que se refere à dignidade humana e liberdades individuais. O artigo termina sublinhando a ideia segundo a qual a paz em Moçambique passa pela redefinição do conceito de cidadania, vista como limitação dos poderes do Estado sobre os indivíduos particulares.

O debate sobre a paz em Moçambique não pode ignorar a análise das dinâmicas políticas internas relativas ao processo da transição política que o país vive desde o fim da guerra civil em 1992. Com efeito, alguns factores explicativos dos recuos verificados no processo da consolidação da paz e da construção democrática têm a ver justamente com as dinâmicas políticas internas ligadas ao processo da transição política do país. Nesta ordem de ideias, o terceiro artigo analisa o processo da transição política em Moçambique, argumentando que, apesar de o país ter conseguido criar novas instituições no contexto da implementação do AGP, a transição política continua sendo um processo inacabado ao nível dos principais actores políticos colectivos, particularmente os partidos políticos, com destaque para a Frelimo e a Renamo. Com efeito, a Frelimo permanece um partido cujas práticas, atitudes e lógicas de actuação política continuam sendo aquelas de partido-Estado e a Renamo, por sua vez, continua sendo uma organização cujas lógicas de funcionamento são tributárias de um movimento armado. O artigo conclui que, no contexto da construção democrática, a reprodução e o desenvolvimento da Frelimo através do processo da construção do Estado enfraquece os mecanismos da inclusão política, facto que, por sua vez, contribui para uma fraca institucionalização e legitimação do Estado. Isso, combinado com outros factores tais como o carácter militarizado da Renamo, a pobreza e as expectativas em relação aos benefícios associados à exploração dos recursos naturais, reforça o potencial da violência política, facto que desafia o próprio processo da consolidação da paz e o discurso de Moçambique como “história de sucesso”.

Entretanto, quando se olha para as dinâmicas de mobilização e participação política, é possível identificar aspectos que cristalizam o surgimento de sinais de manifestações ligados a revoltas e marchas, como forma de reivindicação usada pelos cidadãos com o objectivo de fazer face à inoperância dos espaços formais de participação política. É nesta linha de pensamento que o quarto artigo desta secção, “Política”, procura analisar as revoltas e marchas que ocorreram em Moçambique desde 1993, designadamente as revoltas violentas de 1993, 2008 e 2010 e as marchas pacíficas de 2013. O artigo argumenta que estas manifestações representam um meio pelo qual os cidadãos exprimem a sua “frustração” em relação às políticas do governo e, por isso mesmo, contribuem para a emergência de “um novo espaço de diálogo político” no país.

A secção do livro dedicada à “Economia” comporta cinco artigos. O primeiro artigo da secção discute as bases históricas e a estrutura do sector do tabaco em

Moçambique. O artigo parte do pressuposto segundo o qual a análise e compreensão da dinâmica da expansão do sector do tabaco exige uma análise do contexto histórico. O argumento do artigo é desenvolvido com base em três postulados fundamentais. O primeiro postulado sublinha que a organização do modelo de produção do tabaco em Moçambique reflecte as dinâmicas da indústria global do tabaco e as limitações da política agrícola do país durante o período do programa de ajustamento estrutural. O segundo postulado refere que os incentivos que o governo deu às concessionárias do tabaco não foram ajustados à fase actual em que a produção está consolidada. E, finalmente, o terceiro postulado do argumento deste artigo frisa que não existe uma estratégia que permita a ligação do sector do tabaco com o resto da economia.

O segundo artigo da secção “Economia” analisa a questão da inclusão financeira, a partir de grupos de poupança e crédito rurais. Baseado no trabalho de campo realizado nas províncias de Inhambane e Manica, o artigo sublinha que os grupos de poupança e crédito rurais não são, por si sós, um meio de inclusão financeira. Há um conjunto de questões, tais como a natureza socioeconómica dos grupos e seus membros, as dinâmicas das regiões onde os grupos operam, os interesses das instituições financeiras formais, etc., que joga um papel importante na possibilidade da ligação financeira entre os grupos de poupança e crédito e as instituições financeiras formais.

O terceiro artigo discute um sector de extrema relevância para a economia de Moçambique – a agricultura. Particularmente, o artigo analisa o potencial de contribuição do conjunto de projectos à volta do Regadio do Chókwè para uma estratégia capaz de permitir a substituição da importação de alimentos básicos e a passagem do modelo actual de exportação de produtos primários para um modelo que possibilite a geração de emprego, ligações sectoriais e fiscais.

O quarto artigo desta secção é uma contribuição para o debate sobre o transporte de mercadorias em Moçambique, no contexto da transformação da economia moçambicana. Baseado na revisão de literatura e no trabalho de campo efectuado essencialmente no porto da Beira, o artigo faz a reconstituição da trajectória comercial das empresas de camionagem e discute a ligação com o transporte ferroviário e outros sectores da economia. Além disso, o artigo traz subsídios importantes para a análise e compreensão das dinâmicas da economia política do transporte rodoviário na África Austral e apresenta uma série de questões ligadas aos desafios do sector de transporte, no contexto da economia de Moçambique.

O quinto artigo da secção “Economia” analisa a proposta da Política de Responsabilidade Social e Empresarial na Indústria Extractiva (PRSEIE), apresentada recentemente pelo Ministério dos Recursos Minerais. Nesta análise, o artigo discute questões relevantes sobre o contexto do surgimento da PRSEIE, a relação entre a responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento local e os desafios que o sector extractivo coloca ao Estado em Moçambique.

A secção “Sociedade” é composta por quatro artigos. O primeiro artigo da secção é uma reflexão que se debruça sobre o processo da construção democrática em Moçambique, numa perspectiva psicanalítica. Com uma abordagem inovadora, baseada nas análises da psicanálise, na teoria do trauma e na experiência de trabalho do autor em ex-crianças-soldados em Moçambique, o artigo procura trazer subsídios não só para a análise e compreensão do conflito armado que opõe as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (FDS) e os guerrilheiros da Renamo, como também os possíveis caminhos para se parar com os confrontos armados e preservar a paz.

Um dos desafios do processo da construção da sociedade moçambicana tem a ver com a elaboração e implementação de políticas coerentes, capazes de responder à demanda e expectativas dos cidadãos, particularmente no que se refere aos sectores sociais, designadamente educação, saúde, emprego, protecção social, etc. Situando-se numa das principais linhas de investigação do IESE, o segundo artigo da secção “Sociedade” traz subsídios para o debate actual sobre protecção social em Moçambique. O artigo não só questiona a pertinência desse debate, como também interroga a sua adequação tendo em conta os desafios estruturais que o país enfrenta, nomeadamente a pobreza generalizada e a natureza da transição demográfica.

O terceiro artigo da secção discute um assunto ainda pouco pesquisado em Moçambique: a poupança doméstica moçambicana. O artigo procura equacionar a questão da poupança interna moçambicana com a dinâmica do crescimento económico do país e as suas ligações com os sistemas de protecção social nas suas mais diversificadas formas.

Finalmente, o quarto artigo desta secção traz para o debate alguns desafios do ensino superior em Moçambique. Baseado numa análise feita a partir do processo da criação, funcionamento e desenvolvimento de quarenta e seis instituições de ensino superior existentes em Moçambique, o artigo sublinha que o desafio primordial do ensino superior em Moçambique é o estudo das condições sociais nas quais se constitui e opera.

A secção “Moçambique no Mundo” é a última parte deste livro. Ela comporta dois artigos. O primeiro artigo resulta de uma pesquisa levada a cabo a nível do continente africano sobre a juventude – um tema de extrema importância na vida dos países, incluindo Moçambique. Assim, baseado numa pesquisa efectuada em quatro países, designadamente Moçambique, África do Sul, Tunísia e Senegal, o artigo desenvolve essencialmente três argumentos. O primeiro argumento sublinha a ideia segundo a qual grande parte dos jovens africanos vive uma idade que a autora chama de “idade de espera”, que se situa entre a infância e a idade adulta. Neste contexto, a incerteza dos jovens relativamente à passagem para a idade adulta obriga-os a encontrar formas de sobrevivência à margem das estruturas económicas e familiares dominantes. O segundo argumento sustenta que as pressões económicas e a marginalização política, de que os jovens são vítimas, estão na origem dos protestos recentes que tiveram lugar um pouco por todo o continente, sob a liderança dos jovens. Finalmente, o terceiro argumento refere que as transformações sistémicas, resultantes dos protestos contra os regimes no poder, não se efectuam imediatamente, pois elas exigem mais tempo.

O segundo artigo desta secção é resultado de um estudo sobre a relação entre algumas empresas chinesas e uma associação de agricultores – ARPONE – no Regadio do Baixo Limpopo, no âmbito de um acordo assinado entre os governos da China e de Moçambique em 2007. Baseado num trabalho de campo, o artigo analisa o processo de acumulação feito num contexto de dinâmicas e lógicas neo-patrimoniais e mostra que a captura do projecto de produção de arroz por uma elite com ligações com a Frelimo, não só impede a emergência de uma classe local de agricultores fortes e independentes, como também acaba favorecendo o enriquecimento dessa mesma elite.

Dando continuidade à linha editorial do primeiro volume lançado em 2010, o quinto volume da série “Desafios para Moçambique” enquadra-se na lógica do compromisso do IESE de partilhar, o mais amplamente possível, os resultados da pesquisa visando contribuir para o debate sobre aspectos relevantes do processo do desenvolvimento político, económico e social de Moçambique, com a convicção de que dificilmente se pode sonhar com um país democrático, com fundamentos sólidos, sem colocar no centro dos processos a dimensão do debate. Mas não se trata de um debate qualquer. No contexto em que o país vive, marcado por uma crise política profunda, acompanhada por desigualdades económicas e sociais crescentes, é fundamental que o debate seja não só o mais informado e estruturado

possível, como também alargado a mais actores com o objectivo de buscar soluções sólidas e de longo prazo.

A produção deste volume do “Desafios para Moçambique” aconteceu num momento em que, depois de mais de quarenta rondas negociais, o diálogo político entre o governo de Moçambique e a Renamo conseguiu avanços significativos. Mas, paradoxalmente, isso não significou o fim imediato dos confrontos armados, que ficou condicionado ao acordo entre as partes. Um cessar-fogo imediato é, sem dúvida, extremamente importante para trazer de volta a esperança para milhões de moçambicanos. Mas, mais importante ainda, é saber diagnosticar, entender e debater abertamente, sem tabus, as causas da instabilidade e violência políticas, que tendem a ser cíclicas, de modo a que não se hipoteque o projecto de construção de um Moçambique democrático, inclusivo e de justiça social. Este, provavelmente, é o maior desafio que Moçambique enfrenta na actualidade.

Salvador Forquilha
Junho de 2014